

# O abrigo místico dos mistérios camilianos

Luiz Eduardo Martins de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a narrativa de Anacleta dos Remédios, personagem do romance *Mistérios de Lisboa*, de Camilo Castelo Branco, publicado em 1854. Na medida em que tratarmos de sua trajetória, abordaremos a história de Portugal, bem como interpretações sobre o impacto do catolicismo no romance e também na sociedade portuguesa. Nossa hipótese é a de que esta personagem e o local onde ela passa os anos finais de sua vida, Viduedo, foram apresentados no livro como uma resposta reacionária e religiosa aos avanços liberais que ocorreram paulatinamente em Portugal no decorrer do século XIX.

**Palavras-chave:** Camilo Castelo Branco. Literatura Portuguesa. *Mistérios de Lisboa*. Penitência.

**Abstract:** This paper aims to analyze the narrative of Anacleta dos Remédios, a character in the novel *Mistérios de Lisboa*, by Camilo Castelo Branco, published in 1854. As we go through the character's story, we are going to address the history of Portugal, as well as interpretations of the impact that Catholicism has on the novel and on Portuguese society. Our hypothesis is that this character and the place where she spent her final years, Viduedo, were presented in the book as a reactionary and religious answer to the liberal advancements that occurred gradually in Portugal throughout the nineteenth century.

**Keywords:** Camilo Castelo Branco. Portuguese Literature. *Mistérios de Lisboa*. Penance.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, Brasil. E-mail: luiz.eduardo.freitas@usp.br; luiz.eduardo235@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-7777-781X

## 1. Dos peixes fétidos ao piano dos salões

A cidade de Lisboa no ano de 1804 é o pano de fundo para o começo da narrativa de Anacleta dos Remédios, personagem do romance *Mistérios de Lisboa*, de Camilo Castelo Branco, foco deste artigo. Anacleta possuía uma peixaria e era companheira de um monsenhor da patriarcal, D. Teotónio de Mascarenhas. O religioso era um nobre de uma das mais tradicionais famílias portuguesas. Muito embora fosse um membro do corpo eclesiástico, ele não mostrava nenhuma preocupação em viver com Anacleta e nem por ter duas filhas com ela: Emília e Antónia. A terceira filha de Anacleta, Maria Amália, era muito diferente fisicamente de D. Teotónio e isso fez com que ele investigasse até descobrir que houvera sido traído. O estopim que originou brigas constantes foi D. Teotónio decidir não perfilhar Maria Amália. Fato agravado quando Anacleta descobre, ao ler o testamento do padre, que sua filha mais nova sequer era citada. Isso faz com que a mãe passe a tratar Maria Amália de uma maneira diferente diante de suas irmãs e a conjecturar um plano maléfico:

Maria, a mais nova, ia abraçar-se em suas irmãs, quando a mãe lhe disse colericamente:

- Venha para ali... não vá onde não é chamada...

- Deixai-a vir, minha mãe! [...]

A consciência estava atormentando Anacleta. Aquela alma de tigre, na sua forçada atribulação, principiava a arrepender-se de ter chamado suas filhas, na véspera de um atentado horroroso. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 537-538).

O “atentado horroroso” envolvia Joaquim, um de seus funcionários, quem Anacleta namorava às escondidas. Ela poderia terminar seu relacionamento e unir-se a Joaquim, mas teria que abrir mão do dinheiro do religioso. A situação ideal para ela seria se livrar do pai de suas duas primeiras filhas, tomar seu dinheiro e ficar com seu amante. Para isso prepara um plano: envenenar D. Teotónio e depois lançar seu cadáver ao Tejo. A crítica Patrícia da Silva Cardoso analisa a trajetória de Anacleta sob uma perspectiva focada no papel das mulheres no século XIX português e, principalmente, como Camilo retrata suas personagens femininas. De acordo com a professora, Anacleta tem um caráter obstinado e costuma assumir o lado dominante da relação, papel comumente desempenhado pelo homem:

Esta determinação de Anacleta fica ainda mais evidente quando comparada com a personalidade do Monsenhor Teotónio, cauteloso e complacente, que aponta para a inversão estabelecida por Camilo na narrativa: a mulher será a figura dominante nesta relação. (CARDOSO, 2019, p. 131).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Tradução livre do original: “Cette détermination d’Anacleta est d’autant plus évidente lorsqu’elle est comparée à la personnalité de Mgr Teotónio, prudent et complaisant, ce qui relève l’inversion établie par Camilo dans le récit: la femme sera la figure dominante de cette relation.”

Um outro elemento que corrobora com a hipótese levantada pela professora é a ameaça que Anacleta faz a Joaquim quando lhe apresenta o plano de assassinato:

Olha... que ele há-de morrer... isso há-de. Se me não auxiliares, não importa... eu sou capaz de o esganar a ele com um braço e a ti com outro... Se disseres uma palavra a tal respeito, nem no inferno escaparás. Com cento e oito mil cruzados sou capaz de comprar a tua última gota de sangue... entendes-me, Joaquim? (CASTELO BRANCO, 1982, p. 548).

Ao analisar este excerto, a professora pontua que Anacleta, além de ter uma “alma de tigre”, é também movida pelo demônio:

Mais uma vez o narrador sugere que é o demônio que inspira a personagem, mas quando Anacleta diz ser capaz de usar o dinheiro de Teotónio para ir ao inferno comprar a última gota de sangue de Joaquim, este vulto é a imagem de um concorrente do demônio, e não de qualquer subordinado ao seu conselho ou suas ordens. [...] Observamos também que a força de Anacleta não se restringe aos cenários mencionados, ela assume proporções físicas, pois ameaça estrangular os dois homens de uma vez. (CARDOSO, 2019, p. 132-133).<sup>3</sup>

A estratégia se concretiza, Anacleta envenena D. Teotónio e Joaquim leva seu corpo dentro de um barril com peixes podres até o rio. Contudo, o barco se quebra ao meio e o encarregado de se livrar do corpo acaba por se afogar. O assassinato de D. Teotónio, seguido do furto de seu dinheiro, traz muita riqueza a Anacleta.

A primeira morte a ser descoberta é a de Joaquim. As vizinhas de Anacleta conversam sobre o assunto:

- Sempre foi peixeira...  
Dizia outra:  
- Olha que mulher, que amizade tinha ao caixeiro, que nem manda procurar-lhe o corpo, para lhe fazer sufrágios pela sua alminha, que Deus tenha na sua divina presença. Padre Nosso, que estais nos céus...  
E outra:  
- Requiescat in pace, amen... Que berzebum de feitiço terá aquele mostrengo pra trazer em pecado aquele sr. Fidalgo da Patriarcal, que traz mesmo cara de condenado por ela?... E te arrenego!... [...]  
- [...] É verdade, ó Sr.<sup>a</sup> Rosinha, e que me diz aos jacobinos?  
- Eu os arrenego em nome da Santíssima Trindade, e de Santo Agostinho, advogado contra os hereges...

<sup>3</sup> Tradução livre do original: “Une fois de plus, le narrateur suggère que c’est le démon qui inspire le personnage, mais quand Anacleta dit qu’elle est capable d’utiliser l’argent de Teotónio pour aller aux enfers acheter la dernière goutte de sang de Joaquim, ce qui se profile c’est l’image d’une concurrente du démon, et non d’une quelconque subordonnée à ses conseils ou à ses ordres. [...] On remarque aussi que la force d’Anacleta ne se restreint pas aux scénarii évoqués, elle prend des proportions physiques, puisqu’elle menace d’étrangler les deux hommes d’un seul coup.”

- Dizem que estão por esses mundos de Cristo esses desalmados, que comem gatos e cães...
- E meninos, não sabia esta?
- Credo, credo, Santo Nome de Jesus, minha Mãe Maria Santíssima, e todos os santos e santas da corte celestial, que me diz, Sr.<sup>a</sup> Teresa?
- É como eu lhe digo... Ouvi-o dizer com estes ouvidos, que a terra há-de comer, ao meu confessor, que é aquele santo franciscano, que faz profecias e milagres, e vê tudo quanto se passa nas Europas. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 556-557).

Estas senhoras recebem as notícias de todo o continente através de um confessor. É possível supor, a partir deste excerto, que a opinião pública e a moralidade eram controladas pela igreja. Até mesmo a figura dos jacobinos se constitui em uma ameaça religiosa. Um fenômeno político é cooptado e reinterpretado pela ótica católica.

Passado um certo tempo, passam também a dar pela falta de D. Teotónio, e logo iniciam-se as buscas. Anacleta diz nada saber. O comércio da bacalhoeira era abundante, por isso, todos pensam que o dinheiro é oriundo dele e não a incriminam pelo assassinato, a justiça humana falha. A riqueza roubada de Mascarenhas eleva Anacleta ao círculo da alta sociedade lisbonense. Suas filhas mais velhas continuam a estudar em um colégio de elite e Maria Amália toma lições de piano, além de ter uma ama, que era uma nobre decadente.

A esse respeito, podemos brevemente pontuar que os movimentos de ascensão, tendo como exemplo Anacleta (mulher pobre e de baixo nascimento) e de queda, explicitado na aia de Maria Amália (nobre), representam acontecimentos que se tornaram mais comuns naquele período. Ainda assim, percebemos que a bacalhoeira só consegue se enriquecer com o capital de um crime. A mobilidade social, que passa a existir como real possibilidade no século XIX, não é tal como fora prometida pela burguesia, isto é, nem todos conseguem alcançá-la. A despeito de passar a haver muito mais altos e baixos permeando as classes sociais, o lugar ao sol almejado por muitos continuava a ser apenas de um grupo seletivo.

O período de riqueza da peixeira às custas de D. Teotónio acontece entre 1805 e 1810. Em 1807, os exércitos franco-espanhóis invadem Portugal e a corte desloca-se para o Brasil:

Em Lisboa, a família real, o governo, e centenas de pessoas carregadas de alfaias preciosas, livros e arquivos, embarcaram para o Brasil em fins de Novembro – quando já Junot estava a entrar na cidade –, chegando à América do Sul nos começos de 1808. A nova capital do reino foi estabelecida no Rio de Janeiro e, durante catorze anos, a metrópole não passou de uma colônia do Brasil. (MARQUES, 1977, p. 577).

Enquanto o país era invadido e as principais lideranças políticas fugiam, os ricos frequentavam o salão de Anacleta. Apesar de D. João VI ter deixado um grupo de conselheiros responsáveis em Lisboa, é inegável que o reino ficava abandonado

por toda a corte. Os ingleses ocuparão os espaços de poder por muitos anos, até a volta do monarca em 1821.

## 2. Do salão à prostituição

Dentre os ilustres convidados de Anacleta, encontramos Sebastião de Melo, personagem que será crucial para o seu destino. Vemos também a família de Azarias Pereira, judeu, jovem, dissipador das rendas de seu pai e endividado pelo jogo. Azarias recebe a notícia de que a família toda se mudaria para Amsterdã devido ao trabalho do pai. O rapaz, contudo, deseja continuar em Lisboa porque quer ficar próximo de sua amada, cuja mão fora rejeitada. A família muda-se e Azarias fica, mesmo que sujeito à penalidade de não mais receber a mesada de seu pai. A solução encontrada pelo jovem para pagar suas dívidas e se sustentar é a de se fingir apaixonado por Anacleta, usar o seu dinheiro e por fim roubá-la e fugir com sua escolhida.

Depois da sedução, a peixeira é efetivamente furtada e move uma ação contra Azarias. Com o seu nome de volta aos olhos da opinião pública, surgem acusações contra Anacleta com relação à morte de D. Teotônio. O marquês do Vale, irmão do religioso, pede para ver o cofre onde Anacleta guardava seu dinheiro. Percebendo que era o mesmo de seu irmão, aumentam as suspeitas de que ela o havia roubado. Apesar das conjecturas, não se encontram testemunhas e a peixeira escapa mais uma vez. A justiça humana não cumpre seu papel novamente.

Com o desmantelamento de seu negócio, a antiga peixeira faz o balanço de suas contas, responsabilidade que outorgara a seu guarda-livros. Para sua desagradável surpresa, descobre que ele fugira para o Brasil dois meses antes com boa parte dos lucros de seu estabelecimento. Embora não tivesse condições de manter Emília e Antónia no colégio, as meninas, ao terminarem seus estudos, continuam por lá. Elas eram queridas por todos e ensinavam o que haviam aprendido durante sua estada como alunas. Ficam juntas apenas Anacleta, Maria Amália e uma velha criada que já não tinha para onde ir. Após ser roubada, Anacleta não encontra outra fonte de renda, e depois de um tempo passa a se prostituir. Um dos seus principais clientes é um duque. Além da mãe, o aristocrata quer também a filha. A bacalhoeira passa então a tentar convencer Maria Amália de que aceitar o duque seria uma solução para a situação em que se encontravam. O narrador apresenta a moça como virtuosa e, por isso, ela não aceita o que sua mãe propõe: “Que grandiosa luta a do anjo com o demônio! Como seria expressivo da vontade de Deus o raio que naquele instante descesse do céu a fulminar a serpente que se enroscava na pomba!” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 577).

O excerto coloca a religiosidade em evidência. A mãe é representada pelas alegorias “demônio” e “serpente”; ao passo que a filha por “anjo” e “pomba”. Além disso, o narrador se coloca como sabedor da vontade de Deus, já que anuncia que

a expressão dela seria um raio caindo do céu. O narrador poderia ter utilizado alegorias diferentes que não aludissem a um sentido religioso. Além disso, os comportamentos considerados errados parecem ser tidos como tal por estarem contra preceitos divinos, ou seja, quem distingue o certo do errado no romance é Deus e o narrador se mostra conhecedor destes valores.

### 3. A penitência de Anacleta

Anacleta não consegue convencer a filha, porém, faz um acordo com o duque, dando autorização para que ele tome a moça à força. Quando o duque tenta algum avanço, Maria Amália corre e se atira pela janela. O suicídio de Maria Amália leva Anacleta a fugir, momento em que se inicia a sua penitência. Por que o livro é permeado de palavras que pertencem ao campo semântico do catolicismo? O que caracteriza os penitentes dessa obra de Camilo? Tentaremos responder a essas perguntas sucintamente.

Houve explicações religiosas para diversos acontecimentos na história de Portugal. Brevemente, podemos citar alguns deles: o mito da aparição de Jesus Cristo a D. Afonso Henriques em Ourique; a crença religiosa foi um dos motivos que levaram D. Sebastião ao norte da África; a ideia de que Portugal seria o Quinto Império e levaria a cristandade ao mundo, defendida pelo Padre Antônio Vieira; bem como as respostas religiosas que surgiram para justificar o terremoto de 1755. De acordo com o filósofo Eduardo Lourenço, Portugal toma seu destino de uma maneira mística:

O singular no povo português é viver-se enquanto povo como existência miraculosa, objeto de uma particular predileção divina. [...] De Ourique, onde [...] Cristo se mostra ao primeiro Rei de Portugal, até Fátima, a configuração simbólica do destino de Portugal como destino crístico condiciona não só a imagem do povo português como ator histórico, mas subdetermina a trama do imaginário social e a dramaturgia da cultura portuguesa no seu conjunto. (LOURENÇO, 1999, p. 92).

O “destino crístico” de Portugal é evidenciado em mais um acontecimento que ocorreu durante o período da narrativa de Anacleta. Uma parte do povo reagiu à invasão francesa. Vários movimentos ocorreram em diversas regiões do país. Na ausência do rei, a população se organizou para expulsar os invasores. Essas mobilizações foram motivadas, dentre outras coisas, pela religião: “Tratou-se de um levantamento em nome do ‘trono e do altar’, para defender o príncipe e a ‘santa religião’ contra os ‘hereges’ franceses” (RAMOS; VASCONCELOS E SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 429). Ressaltamos que o que une o povo contra os invasores são dois pilares do Antigo Regime: o trono e a religião. Neste período, o catolicismo era parte constitutiva do Estado e os exércitos de Napoleão eram uma ameaça à

coroa e à religião católica. Defender o reino era também defender o catolicismo. Já vimos que na mentalidade das vizinhas de Anacleto os jacobinos eram hereges e por isso deviam ser combatidos. O excerto acima nos traz a informação de que essa concepção agita o povo até o ponto de se organizar militarmente para a proteção de seu país e de suas tradições.

Como já era de se esperar, a importância do catolicismo na sociedade portuguesa também surge na literatura. No período de publicação, a literatura religiosa tinha um grande peso no mercado editorial. Como exemplo, citamos um livro que teve muitas edições e cópias: *A Missão Abreviada* do padre Manuel José Gonçalves Couto, de 1859. O teólogo Alberto Osório de Castro calcula em “140 000 o número total de exemplares impressos, no espaço de apenas 45 anos...” (CASTRO, 2001, p. 94). O caso da *Missão Abreviada* é uma excelente amostra do tipo de livro que alcançava sucesso no contexto lusófono do período: “É seguro afirmar que esse breviário circulou em vários movimentos religiosos em Portugal e no Brasil, tornando-se inclusive o ‘livro-guia’ de muitos desses contextos na segunda metade do século XIX e século XX” (OLIVEIRA FILHO, 2019, p. 327). Portanto, é possível supor que o apelo religioso dos *Mistérios* fosse fruto de uma preocupação mercadológica.

Além disso, outra questão importante deste período é a de que os livros não deveriam corromper os bons costumes. Por isso, padre Couto também trazia uma consideração sobre quais obras poderiam ser lidas e o efeito devastador das que deveriam ser evitadas: “Ora como os inimigos da Religião espalham por toda a parte, e com a maior actividade, os seus maus livros para assim destruírem o catolicismo, nós devemos fazer outro tanto em favor da Religião e da Igreja...” (COUTO, 1868, p. 5). Na *Missão Abreviada* o pecador é sempre chamado à penitência, para que assim possa alcançar o céu. O arrependimento e o “pagamento” pelos pecados são para todos: “converte-te já para Deus, enquanto Ele te procura e convida para a penitência” (COUTO, 1868, p. 183).

Embora o romance *Mistérios de Lisboa* de Camilo tenha sido publicado alguns anos antes da *Missão Abreviada*, ambas as obras se situam na mesma década, lidando com os mesmos desafios e o mesmo público leitor. Os personagens principais de *Mistérios de Lisboa* são penitentes, mas a diferença é que os penitentes de Camilo são uma casta separada e que alça voos mais altos que os seres humanos comuns.

Isto fica claro pela descrição feita dos penitentes no romance *O Livro Negro de Padre Dinis*, publicado em continuação a *Mistérios de Lisboa*. Na primeira página do *Livro Negro* encontramos uma advertência ao leitor a partir de uma comparação entre o escritor, um ser humano comum, e padre Dinis, um penitente (cujos apontamentos foram utilizados para a escrita do livro). A seção começa com um dado inesperado, ao informar que o “*Livro Negro* não foi escrito para ser publicado em forma alguma, e muito menos em forma de romance” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 1189). A justificativa se dá pelo fato de que inicialmente padre Dinis teria

oferecido o livro a seu pupilo Pedro da Silva, que posteriormente teria chegado às mãos do escritor que comunica aos leitores as alterações que precisou fazer para que ele se tornasse inteligível:

... não devia reproduzir-vos lealmente o livro. Dou-vos apenas as notas: comentei-as porque são fugitivas. [...] Quereis um romance; não quereis uma elegia. É preciso dar-vos um romance; uma biografia, uma história em capítulos; um enredo interessante de peripécias. E tendes razão. Se me dessem tal qual é, tal qual o encontrei o *Livro Negro de Padre Dinis*, lançá-lo-ia de mim com o desalento do avaro, que abrisse um livro em que lhe são indicados mil tesouros escondidos, mas numa linguagem que ele não compreende, nem quer que os inteligentes lhe traduzam com medo que o atraíçoem. [...] Lede como quem se recreia. Para isso comprais este livro. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 1191-1192).

O conteúdo original das páginas seria incompreensível para o público comum; contudo, Camilo mostra-se disposto a resolver o impasse. Conhecedor dos desejos de seus leitores, conhecimento este que pode ter sido ampliado em sua experiência na elaboração do romance *Mistérios de Lisboa*, o escritor eleva ainda mais o protagonista e remetente das cartas que teriam dado origem ao livro:

O grande homem que rubricara com lágrimas essas páginas, não as escrevia para nós, **profanos**, que lhas não compreenderemos. [...] A verdade é que não sabemos ainda o **idioma das grandes agonias**, que parecem exilar o **mártir da sociedade dos homens** para a ideal convivência de não sei que espíritos, divinizados pelo sofrimento. [...] Era “homem” porventura padre Dinis? (CASTELO BRANCO, 1982, p. 1189, grifo nosso).

Ressaltamos do excerto que o escritor e seus leitores são mundanos e por isso sequer seriam capazes de compreender o livro, uma vez que os penitentes possuem um idioma próprio. O fato de cada língua categorizar e interpretar o mundo de uma maneira única foi exposta por diversos linguistas. Conceitos importantes para uma comunidade linguística podem não ser relevantes para outra. O pesquisador José Luiz Fiorin aborda o tema:

A atividade linguística é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizam o mundo. Por exemplo, criamos o conceito de pôr do sol. Sabemos que, do ponto de vista científico, não existe pôr do sol, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol. No entanto, esse conceito criado pela língua determina uma realidade que encanta a todos nós. [...] As palavras formam um sistema autônomo que independe do que elas nomeiam, o que significa que cada língua pode categorizar o mundo de forma diversa. [...] Em português, dizemos *O carneiro é gordo* e *O carneiro está delicioso*. Em inglês, no primeiro caso emprega-se *sheep* e, no segundo,



*mutton*. A mesma realidade é categorizada de modo diferente em português e inglês. (FIORIN, 2014, p. 56).

Uma vez que o exercício do idioma dos penitentes cria conceitos caros apenas para eles e inacessíveis a outros seres humanos, defendemos que eles compõem uma casta separada do resto da humanidade. Sendo assim, é possível supor que eles estão acima dos indivíduos comuns. Hipótese corroborada pelo camilianista Jacinto Prado Coelho:

Por 1854, o cristianismo de Camilo conciliava-se, pelo menos no plano da realização literária, com o gosto do tétrico e a crença supersticiosa em potências terríveis que intervêm nos destinos humanos. O padre Dinis, por exemplo, não é apenas um sacerdote cristão, um pecador arrependido: é um homem superior, tenebroso, com poderes extraordinários... (COELHO, 2001, p. 186).

Destacamos ainda que o penitente é um mártir e que o sofrimento é uma maneira de divinizar-lo. O penar tem uma característica positiva. Tal como nas histórias de santos, após o cometimento de atos falhos, o pecador se arrepende e se transforma a ponto de ser exemplarmente virtuoso, operar milagres e se tornar mais próximo de Deus. A descrição do penitente o situa como alguém superior aos pecadores comuns. Os penitentes destes romances de Camilo têm conexão direta com o divino. Seu penar os leva a um estado espiritual tão elevado, que os separa da sociedade comum, e os transporta para a companhia de seres superiores. Sendo assim, o romance *Mistérios de Lisboa* traz como personagens principais pessoas que se arrependeram de seus pecados e se tornaram virtuosas. Anacleta é uma personagem que se enquadra nesta definição. Assim como as histórias de muitos santos, suas narrativas poderiam servir de exemplo ao seu público leitor. O escritor respondia às exigências morais do período.

#### 4. O refúgio de Anacleta

Sete anos depois, saberemos o paradeiro de Anacleta com a ajuda de um dos convivas de seus antigos bailes: Sebastião de Melo. Mesmo que o foco deste trabalho não seja incidido sobre ele, é importante pontuar que Melo age de maneira preponderante com relação a muitos outros personagens e, como Anacleta, ele é também um penitente. Ele sente medo ao adentrar Portugal em fins de 1817: “Por esse tempo, um estranho, na província de Trás-os-Montes, corria perigo de ser arcabuzado, apenas a voz ‘jacobino’ fosse proferida, e um dedo apontasse a vítima” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 582). Sebastião de Melo chega a Portugal em um momento delicado, de rebeliões de liberais contra os ingleses. O narrador pontua que Melo procura um local para descansar nos finais de 1817, ou seja, já o inverno despontava. O vilarejo onde encontra repouso se chama Viduedo e é descrito assim:

Perdido por serras agras e intransitáveis, anoiteceu-lhe no descampado de um vasto ermo, e fragas negras, de tojos e sargaços, entre os quais se levantava uma pinha de cabanas, colmadas, quase imperceptíveis, se as columnas de fumo, açoitadas pelo vento da noite, não denunciasses que debaixo daquele céu era possível a existência. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 582).

Percebemos pelo excerto que há muitas metáforas para descrever o local. O modo de viver das grandes cidades não chegara ali ainda. Os conflitos que mencionamos não aparecem no vilarejo. A descrição apresentada neste trecho traz mesmo a ideia de que a existência daquelas pessoas é quase que sobrenatural, assim como o vilarejo em si.

Melo procura abrigo e será enviado para a casa de um cavaleiro que mora na região. Quem lhe mostra o caminho é uma mulher mal vestida e mal alimentada. Ao chegar à casa do cavaleiro, ele é recebido com uma salva de estouros de castanhas. Este costume é antigo, mesmo para padrões oitocentistas, e circunscrito a regiões rurais. Nesta parte há menções a muitos outros costumes locais, como o constatar das horas do dia utilizando-se dos astros no céu, e também um linguajar característico. Acompanhemos o diálogo à mesa:

O hóspede sentou-se no melhor lugar, que era ao pé do avô paterno do sr. capitão. Este velho, realmente, tinha no rosto sulcado o que naquelas terras se chama *musgo*.

- Que anos tem este seu avô? – perguntou Sebastião de Melo.

- Noventa e dois, feitos pelas bessadas, para o servir.

- Como aqui são longas as vidas! – disse o passageiro, fixando atentamente as cãs venerandas daquele século.

- Pois aí onde o vê – disse o capitão -, é rijo como as armas... Ele que lhe conte a vossemecê...

- A vossemecê?! – atalhou o velho. – Dobra a língua... tu não sabes com quem falas... Se fosses à capital do reino como eu, terias aprendido a ser cortês...

- Sr. capitão, trate-me como amigo, e deixe falar seu avô... Então já foi a Lisboa?

- Já, sim senhor... Há setenta e oito anos, feitos pelo S. Miguel.

- Conte lá essa história cá ao senhor que há-de gostar.

- Pois lá vai... O fidalgo não viu aí na porta do carro uma pedra de armas, com quatro cabras por escudo, e um tambor por timbre?

- Como entrei de noite...

- Pois eu lhe conto... Tinha eu treze anos... era assim um cachopo como aquele meu bisneto que ali está a assar as castanhas. Andavam as guerras do sr. rei D. Pedro II com o rei de Espanha... (CASTELO BRANCO, 1982, p. 584).

A partir da história narrada pelo longo homem nos deparamos com o desafio de mensuração das datas. Como já mencionamos, Melo chegara a Viduedo em finais de 1817 e o capitão diz que seu avô tem 92 anos; logo, teria nascido por

volta de 1725. O ancião principia o seu relato de como recebera seu escudo e seu brasão. A história remonta ao tempo em que ele tinha 13 anos, por conseguinte, aproximadamente 1738. O relato é de que houve um ataque durante o reinado de D. Pedro II, enquanto este lutava contra o rei da Espanha. O acontecimento histórico que mais se encaixa é o da Guerra de Sucessão Espanhola, conflito ocorrido entre 1701 e 1714. As invasões da Espanha em território português iniciam-se em 1704 e o rei de Portugal daquele momento, D. Pedro II, morre em 1706. Como o senhor poderia ter participado do conflito se nascera apenas em 1725? Diante destas inconsistências poderíamos supor que o velho tivesse confundido as datas, o que é pouco provável, visto que a idade do velho é colocada de maneira exata e não como “casa dos 90”, “por volta de/ aproximadamente 100”, etc. Além disso, o conflito é mencionado com altivez e especificidade. Todavia, oferecemos uma outra opção de leitura: o artifício de atribuir a este local uma passagem do tempo diferente dos lugares com maior densidade populacional faz com que Viduedo apresente um estado de preservação do passado com as suas raízes. O vilarejo fica então parado no tempo, suspenso diante do “progresso”. Tem-se a ideia de que há um desenvolvimento secular, do Portugal real, e o Portugal místico que mantém suas tradições antigas, longe do agito político e das ideias que vinham de outros países da Europa.

Além dos conflitos que aconteceram durante a narrativa de Anacleto, pontuamos que o período do enunciado do romance é mais extenso e apresenta tempos muito conturbados. Além das invasões francesas (1807-1810), houve ainda a Revolução Liberal do Porto (1820), Vilafrancada (1823), Abrilada (1824) e também uma guerra civil (1832-1834). Com D. Pedro IV no poder enfim, esperava-se estabilidade, contudo “O fim da guerra civil em 1834 não trouxe a paz. Entre 1834 e 1851 houve pelo menos cinco golpes de Estado com sucesso e duas guerras civis (1837 e 1846-1847)” (RAMOS; VASCONCELOS E SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 478). Com a chegada dos liberais ao poder houve também grandes mudanças que, levadas às áreas rurais, geraram conflitos:

A muitas comunidades, dispersas por vales e serranias, o novo regime chegou como uma intromissão violenta. Agentes do governo mudaram costumes, impuseram juizes formados em Direito às antigas justiças das vilas e aldeias, ou apropriaram-se de patrimónios locais. Só em 1843, o Governo apossou-se de 64 Misericórdias e 3165 irmandades e confrarias nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Leiria e Lisboa, que dispunham de 430 contos de receitas e activo de dívidas de 3500 contos. A resistência popular foi grande. [...] A obrigação de sepultar os mortos em cemitérios públicos, fora das povoações, e não nos adros das igrejas, motivou revoltas e foi desrespeitada em grande escala no Norte do país até à década de 1860. (RAMOS; VASCONCELOS E SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 495).

O governo liberal tomou propriedades da Igreja Católica e também fechou conventos por considerarem-nos anacrônicos. As mudanças trazidas pelos liberais tais como a separação entre o Estado e a Igreja, além da secularização das instituições levou a muitos conflitos. É possível que o apelo da literatura religiosa, com a qual o livro que analisamos dialoga, seja um reflexo deste sentimento do povo que se via tomado de suas tradições. Para completar o quadro do período da narrativa de Anacleto, no que tange à importância do catolicismo no contexto rural e os avanços liberais, citemos que

As ordens religiosas ainda desempenhavam papel de relevo na sociedade portuguesa desse tempo. Controlavam em parte a assistência e a educação. Possuíam vastos bens de raiz, que as constituíam em potentados económicos de norte a sul de Portugal. Exerciam influência sobre todas as classes sociais - especialmente nas fileiras mais baixas da sociedade - o que as realçava como força política a terem conta. Contavam directamente às suas ordens milhares de clientes que com elas viviam, com elas trabalhavam e delas inteiramente dependiam. De um ponto de vista estritamente religioso, eram soldados de Cristo dispersos por toda a parte, duplicando ou triplicando a presença do clero secular, atingindo os pontos mais remotos do País, recordando permanentemente, a todos e em todo o lado, o Portugal tradicional, fervorosamente católico, intolerante e supersticioso, fanático e reaccionário. (MARQUES, 1977, p. 35).

A misteriosa mulher que indicou o caminho a Melo é considerada uma santa pela população local e vários milagres lhe são atribuídos, fato que o deixa ainda mais intrigado. O capitão fica responsável por conduzi-lo até ela:

Sáiram. Eram profundas as trevas. O vento, arrastando-se sobre a vegetação daquele ingrato solo, soava um rugido abafado. Os morros de fragas, negrejando na escuridade, pareciam as entranhas da terra, que rebentavam num eterno caos. A sineta da capela, sacudida por furacões, vibrava uns sons amortecidos, como as últimas badaladas de um dobre a finados. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 588).

A descrição do espaço possui uma aura sobrenatural, o que orna com o vilarejo em si e corrobora com a nossa ideia de que esta região é, de alguma forma, mística. Melo escuta a penitente falar sozinha em um alpendre da igreja. A partir de suas confissões a Deus, Melo depreende que aquela mulher é Anacleto. Ciente de seus infortúnios, ele lhe oferece um quarto em um convento. Ainda que a possibilidade a contemplasse, ela acredita que deve cumprir sua penitência em Viduedo e pede que a mesma oferta seja dada às suas filhas. A antiga peixeira quer saber quais foram os destinos delas, e ele se compromete a descobrir seus paradeiros e retornar a Viduedo para lhe informar. Ainda nesta ocasião, Anacleto passa a saber também do destino de Azarias. Como já vimos, ele foge com sua namorada pelo mar: “Içaram-se as velas, o vento era de servir, e o iate, ao dar a

meia-noite no convento dos Jerónimos, avistava, lá em baixo, o farol na torre de S. Julião. Segue o teu roteiro, instrumento de Deus!” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 568). A embarcação não resistirá a uma tempestade e, embora o judeu sobreviva, sua amada morrerá. Ao identificar o iate como veículo da vontade divina, o narrador se coloca, novamente, na posição de sabedor dos desígnios do céu. Percebemos, portanto, mais uma vez, que a religiosidade ocupa um lugar de destaque no romance. É assim que Melo traz as novas a Anacleta: “Levante-se, Anacleta... Quer seguir os passos que, neste mundo caminha o anjo invisível da punição?” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 594). Indicando que o castigo vem por um anjo, temos mais uma vez uma resposta religiosa a uma falha dos sistemas humanos.

Neste momento, apontaremos uma divergência que temos com a professora Patrícia da Silva Cardoso. Defendemos que Anacleta, assim como os outros penitentes desta narrativa, se submetem à vontade divina. Cardoso defende que Anacleta decide por sua penitência como uma meta pessoal, mantendo sempre sua “alma de tigre”:

Anacleta vive várias experiências; pobre, conquista riquezas para depois voltar à pobreza; ela é capaz de realizar atos que facilmente podem ser vistos como a expressão de um egoísmo sem precedentes e, quando se sente culpada, toma uma decisão cuja radicalidade não está em conformidade com a submissão exigida pelas convenções em um pecador arrependido. Sua raiva, ela a mantém intacta. Pecadora ou penitente, sua alma continua sendo a alma de um tigre. (CARDOSO, 2019, p. 136).<sup>4</sup>

Podemos argumentar nossa discordância analisando as preces que Anacleta faz sem saber que estava sendo observada por Sebastião. Momento em que pede a ele para que descubra o que aconteceu às suas filhas: “Se eu fiz vítimas, Senhor... se não pesam sobre a minha alma três cadáveres somente... se as minhas duas filhas, que deixei no mundo, ganham o pão com a desonra, fazei que eu reconheça o seu infortúnio, porque é preciso que sobre a minha cabeça caia mais sangue!” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 590). Ao assumir a culpa do que fez, não nos parece que Anacleta mantenha sua alma de tigre. Até mesmo a maneira com que a antiga bacalhoeira vê a si mesma, expressa por ela a Sebastião, mostra um caráter de real arrependimento e aceitação de que é a vontade divina que rege sua vida:

A minha vida!... Pode ela contar-se?... Não, ninguém me ouviria, sem sacudir os vestidos manchados do sangue que escorrer gota a gota dos meus... Oh! Senhor!... vá... vá... fuja desta mulher... Se alguém me ouvir... se essa gente, que me dá um bocadinho de pão, soubesse quem

---

<sup>4</sup> Tradução livre do original: “Anacleta vit plusieurs expériences, pauvre elle conquiert la richesse pour retomber dans la pauvreté; elle est capable d’accomplir des actes qui peuvent aisément être vus comme l’expression d’un égoïsme sans précédent et, quand elle se sent coupable, elle prend une décision dont la radicalité n’est pas conforme à la soumission qu’exigent les conventions chez une pécheresse repentie. Sa rage, elle la conserve intacte. Pécheresse ou pénitente, son âme continue à être une âme de tigre.”

eu sou... apedrejava-me... Contar a minha vida!... Para quê?... A Deus, sim... Só a Ele... E conto-lha todos os dias, porque é preciso que eu me vá despedaçando com as recordações sempre vivas dos meus crimes. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 591).

Anacleta se vê inferior aos habitantes do vilarejo por ter plena consciência de seus crimes. Ela sequer se acha digna de adentrar a igreja: "... eu, que não me atrevo a passar deste degrau com medo de atrair o raio da vingança sobre os inocentes que me chamam santa!" (CASTELO BRANCO, 1982, p. 591). Além da apreensão de prejudicar mais pessoas que não têm culpa pelos seus pecados, Anacleta mostra-se disposta a perdoar Azarias. Ao saber, por Sebastião de Melo, que a namorada do judeu morrera na praia e que ele quase se matou, pedindo a punição divina, a penitente diz que o desculparia. Acompanhemos Melo apresentando o destino de seu antigo amigo:

- Levante-se, Anacleta... Quer seguir os passos que, neste mundo, caminha **o anjo invisível da punição**? Duas meninas pobres, a mãe prostituída aos que passavam, uma virgem com a face partida em uma pedra... tudo isto feito por um homem que roubava a uma amante o dinheiro que ela roubara ao pai de suas filhas, matando-o. Mas Deus serviu-se do instrumento, e quebrou-o depois. Azarias saíra de Lisboa, com o ouro da fraca mulher, que devia ser punida. [...] Azarias encontraram-no nas praias de Tânger, cavando com as unhas um fosso para sepultar uma menina que roubara de casa de seu pai, que morreu dois meses depois.  
- Oh! Justiça de Deus!... E ele?  
- Não sei!... [...] Se o visse, Anacleta, perdoava-lhe?  
- Oh! Sim, sim, perdoava!...  
- Essa resposta exprime o estado da sua alma! [...]  
- Agora... deixe-me... preciso chorar... Vá... diga a todo o mundo que peça a Deus pela maior das pecadoras. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 594-595, grifo nosso).

O agente do castigo divino indica mais uma vez o caráter católico que define o narrador. Defendemos que, ao se considerar "a maior das pecadoras", Anacleta estava honestamente arrependida. O processo de ser julgada por Deus é ainda mais explícito pela maneira como o narrador inicia um dos capítulos: "Sigamos, embora com repugnância, os vestígios da desgraçada, que se arrasta sobre os espinhos da expiação a que a Providência da eterna Justiça a condenou" (CASTELO BRANCO, 1982, p. 574). Chamam a atenção duas palavras com suas iniciais em maiúsculo: Providência e Justiça. A justiça divina e a providência são inexoráveis, ao passo que os sistemas judiciais terrenos são imperfeitos e escapáveis. O narrador indica que a solução vem do céu e que os mecanismos terrenos são falhos. Defendemos que Anacleta se submete à Providência e que, seguindo a lógica interna da narrativa, isto a aproxima de Deus. Ela apareceria como um exemplo de arrependimento e da misericórdia divina, o que dialogava em grande medida com o público leitor do período. Sendo assim, o seguinte raciocínio nos parece mais assertivo:

Aqueles que, como [...] Anacleta (*Mistérios de Lisboa*) [...] se redimem pelo sofrimento, atingem quase o estatuto de santos pela abnegação da vida e aceitação da morte. A justiça divina manifesta-se, então, no perdão ou no castigo e parece, nalguns universos diegéticos, inabalável. (REIS; PIRES, 1993, p. 197).

Depois da conversa com a penitente, Melo volta à casa do capitão. Descansa até o dia seguinte e parte para Lisboa. Notemos, novamente, a caracterização tenebrosa do lugar:

Devia ter nascido o sol, quando o hóspede se despediu do fidalgo de Viduedo, que tão solícito agasalho lhe dera; mas o céu estava negro, as fragas coroavam-se de castelos de nuvens, que pareciam, impelidas pelo vento, rodarem na esplanada, e despenharem-se nos abismos. [...] Sebastião de Melo, com os olhos cheios de lágrimas, parado num angustioso êxtase, dizia-lhe adeus com a mão. Os cabelos da infeliz voavam, sacudidos pelo vento. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 596-597).

Ao analisar esta descrição do espaço, Coelho defende que “é o ar livre português [...] uma concepção cristã da vida, uma emoção **mística** perante a grandeza da montanha austera” (COELHO, 2001, p. 184, grifo nosso). Em que pese a preocupação em abordar a paisagem portuguesa, pensamos ser necessário pontuar a diferença entre o vilarejo em que Anacleta se refugia e os grandes centros urbanos. Seria difícil imaginarmos Anacleta indigente e acenando em cima de uma rocha a Sebastião de Melo em cidades grandes como Lisboa e Porto. Também não conseguiríamos conceber, por exemplo, que o dia fosse escuro e que o vento fizesse grandes fragas caírem rolando por entre abismos. Esta outra descrição dos limites de Viduedo e a despedida de Anacleta revelam, outra vez mais, que aqueles domínios possuem uma aura mística.

Ao tentarmos nos situar no espaço com as informações fornecidas pelo avô do capitão, veremos que o vilarejo está próximo a Póvoa e ao Vale de Aguiar. Ao procurarmos em um mapa, encontraremos Viduedo nesta região, a cerca de 40 km da cidade de Vila Real. As aldeias de Viduedo e de Santa Marta da Montanha compunham uma freguesia e juntas possuíam 327 habitantes em 1864. Já em 2011, ano da extinção da região enquanto freguesia, contavam com 135 residentes. Percebemos, portanto, que mesmo com o passar dos tempos e até no século XXI, o local continua com baixa densidade populacional. Há várias outras regiões portuguesas com características parecidas a desta, o que nos leva a pensar que talvez estes lugares com poucos habitantes possam ser, ainda no imaginário popular, os guardiões da cultura lusitana do passado.

Mudando de ares, encontramos Melo em Lisboa realizando sua promessa. Conversa com Emília, que se casara com o seu mestre de música do colégio. O paradeiro de Antónia, por outro lado, é mais difícil de descobrir. Uma das pistas leva Melo a conversar com o intendente-geral da polícia. Ele se mostra displicente

com relação às perguntas feitas. Só passa a responder com mais energia e atenção quando fica sabendo que a pessoa que se quer achar é uma fidalga. O desinteresse do policial em cumprir sua função, quando ainda não sabia que se tratava de uma nobre, contrasta fortemente com o que o deixava atarefado:

... estou aqui ocupadíssimo com estas denúncias a respeito de um tal Roberto Fajardo, *Malas-Artes* por alcunha, que dizem ter escrito uma sátira em verso contra a viscondessa de Jerumina, personagem muito querida de Sua Excelência o general Beresford. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 603).

O poder público tem que procurar, com prioridade, quem escreveu uma sátira de alguém próximo ao general Beresford. Como já abordamos, os ingleses passam a ter tratamentos especiais depois de terem auxiliado Portugal nas Guerras Peninsulares. Este tipo de tratamento diferenciado dado às pessoas que tinham relação com o inglês, juntamente ao fato de que a corte já estava no Brasil há 10 anos, levaram a diversos levantes, bem como às suas repressões. Estes acontecimentos preocuparam Melo quando da sua volta a Portugal e chegada a Viduedo. O vilarejo é o lugar onde ele encontra abrigo do frio e também do perigo de ser assassinado pela repressão inglesa.

A despeito do inicial descaso do policial, o fato de Antónia ser nobre fez com que Melo obtivesse um indício para seguir em frente com sua investigação. Ele descobre que a filha da antiga bacalhoeira tinha sido seduzida por Gervásio Faria, um militar português, chamado de jacobino pelo intendente-geral, e que acabara por ser arcabuzado pelos ingleses. Estas informações foram primeiramente dadas por Rosa de Jesus, criada de Antónia, quando fora à delegacia informar ao policial que uma menina, filha do casal para quem trabalhava, fora raptada. Sebastião vai em busca de Rosa para que possa descobrir o paradeiro de Antónia. A reação imediata dela é de uma impressionante recusa em vê-lo. Após mostrar que já frequentara o salão de sua mãe anos atrás, Melo consegue, finalmente, estabelecer algum contato direto. Decaída da sua riqueza, ela vivia de sua costura. Ver Antónia leva Melo a fortes emoções: “Naquela casa estava a filha da penitente, cheia de poesia fúnebre, poesia que sua irmã não tinha, porque vivia uma vida trivial, um misto de misérias e gozos, como o resto do género humano” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 606). Ao comparar Antónia e Emília, o narrador explicita a diferença entre um penitente e uma pessoa comum. O penar é o que eleva Antónia em comparação a sua irmã. Melo irá oferecer a Antónia o que oferecera a Anacleta, a vida no convento. Ela aceita prontamente e com muita alegria.

Tendo descoberto as informações pedidas por Anacleta, Melo retorna a Viduedo. Ele já havia se transformado em padre Dinis, devido à sua própria penitência, que não nos cabe abordar neste artigo. Seu guia conta que uma nobre fora até o vilarejo se consultar com a santa e conseguiu o resultado que esperava: casar-se com um fidalgo. A dita santa dizia que era a maior das pecadoras e apenas



rezou junto à fidalga. Mesmo assim, o resultado positivo foi atribuído à sua intervenção. O guia conta que sua esposa estava endemoninhada e que a fidalga recomendara que ela fosse também se consultar com a santa. Após a conversa, ela responde que a mulher deveria consultar um cirurgião, responsável pelo corpo físico; e um padre, que cuida da alma. A cômputo do guia não encontra ajuda em nenhum dos dois lugares. Surge uma dúvida se a mendiga é de fato uma santa, uma bruxa ou uma mulher comum. Este questionamento também é levantado pelo capitão da aldeia. A penitente passa a ser quase uma espécie de lenda. Viduedo, daí em diante, recebe diversos visitantes que procuram a santa. É necessário que ressaltemos que a fidalga, ao não encontrar respostas para suas dificuldades no plano real, acaba por se entregar ao misticismo. O guia e sua esposa, pessoas pobres, também vão fazer sua consulta. O povo, ao saber que um padre chegara, pergunta se ele ali estava para celebrar missas da Semana Santa. Ao falarem sobre a santa, um deles diz: “É o nosso anjo custódio... Desde que ela veio, até parece que as novidades suprem mais na tulha. Tem aqui vindo muita gente de longe”(CASTELO BRANCO, 1982, p. 627). O vilarejo místico e a penitente passam a ser um abrigo e um alento para pessoas de diferentes classes sociais, que não conseguiam solucionar seus problemas na esfera convencional.

O período do retorno de Melo, já transformado em padre Dinis, é março de 1819, primavera, portanto. Ao chegar à casa do capitão, descobre que o ancião havia morrido. Finda a ceia, Padre Dinis vai em direção à capela onde conversara com Anacleta.

Ao receber as novas de suas filhas, a penitência de Anacleta terminará. Enquanto padre Dinis reza a missa, Anacleta tem um frenesi, uma espécie de êxtase religioso. Sua temperatura aumenta e ela morre:

- Senhor! Levei a desgraçada, se lhe perdoastes! [...]

Consumado o sacrifício, tomou o cadáver nos braços, e colocou-o sobre a cómoda dos paramentos. Chamou o capitão, e pediu-lhe que o ajudasse a cavar uma sepultura no alpendre da capela. Todos quiseram tirar terra da sepultura da santa. Duas horas depois algumas mulheres oravam em redor da pedra que a cobrira, e pediam ao espírito bem-aventurado da predestinada que não as desamparasse.

Padre Dinis transpunha daí a pouco o outeiro, donde dissera, um ano antes, o adeus à penitente, que lhe acenava da agulha dos rochedos. Olhou para lá...

- Era ali!... – disse ele, e chorou. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 632).

A devoção à penitente e o pedido de que ela continuasse a lhes servir de amparo é um indicativo de que a tradição continuava mesmo depois da morte de Anacleta. Os historiadores Edianne dos Santos Nobre e Jucieldo Ferreira Alexandre defendem que a morte é, além do fenômeno físico, também algo da dimensão sociocultural:

A multiplicidade de ritos, práticas, discursos religiosos, literários e científicos obras iconográficas e tantas outras produções humanas engendradas ao longo do tempo e dedicadas ao morrer dão indícios dos contextos históricos em que foram produzidas, bem como das mudanças sofridas temporal e espacialmente na forma de conceber o período derradeiro da existência humana, demonstrando que as representações da morte são engendradas no social... (NOBRE; ALEXANDRE, 2011, p. 101).

A morte de Anacleto, enquanto uma penitente de uma obra literária do século XIX, carrega os valores socioculturais do Portugal oitocentista. O fato de existir um desejo claro da comunidade em manter viva a tradição pode representar uma reação contra as mudanças trazidas pelo liberalismo, em especial no que diz respeito à religião. Este contraste parece-nos ter aparecido no romance através de Viduedo e seus personagens, tais como o ancião e Anacleto, que são procurados quando os portugueses não mais encontram refúgio na realidade. O misticismo oferece, portanto, uma fuga em direção ao passado mítico, e esta é a razão pela qual o vilarejo é apresentado como um abrigo metafísico que representa o que já é conhecido, guardião das tradições nacionais; em face à receosa modernização vinda de ideais estrangeiros.

Muitos anos depois, a relação entre o Portugal secular e moderno das grandes cidades em contraste com o Portugal místico e supersticioso das regiões rurais continuou a ser uma realidade:

Do ponto de vista dos liberais, a população não constituía um “povo”, porque sempre conceberam um “povo” como um conjunto de cidadãos instruídos, prósperos e participativos. Daí o desabafo de Fontes na Câmara dos Pares, a 24 de Março de 1884: “O país real, o das montanhas e diferentes localidades, é indiferente a tudo aquilo que nós aqui fazemos.” (RAMOS; VASCONCELOS E SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 517).

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## **Referências**

CARDOSO, Patrícia da Silva. Une “âme de tigre” dans *Mistérios de Lisboa*. In: SIMON, Maria Cristina Pais. *Hors série n°5. Marginalités au féminin dans le monde lusophone*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2019. p. 129-136.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Mistérios de Lisboa*. Porto: Lello & Irmão, 1982.

CASTRO, Alberto Osório de. A “Missão Abreviada” do Padre Manuel Couto. Dissertação (Licenciatura em Teologia) – Universidade Católica Portuguesa. – Porto, 2001. Disponível em: [https://www.academia.edu/45058455/A\\_Miss%C3%A3o\\_Abreviada\\_do\\_Padre\\_Manuel\\_Couto](https://www.academia.edu/45058455/A_Miss%C3%A3o_Abreviada_do_Padre_Manuel_Couto)

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 3ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001.

COUTO, Manuel José Gonçalves. *Missão Abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das missões*. 6ª ed. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1868.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à Linguística*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS STATISTICS PORTUGAL. *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Norte*. Lisboa: 2012.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – vol. I e II. Lisboa: Palas editores, 1977.

NOBRE, Edianne dos Santos; ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. A Missão Abreviada: práticas e lugares do bem-morrer na literatura espiritual portuguesa da segunda metade do século XIX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf9/06.pdf>

OLIVEIRA FILHO, Roberto Viana de. A Missão Abreviada do Padre Couto (1859) nas tramas do Juazeiro encantado. *Em Perspectiva – Revista do PPGH/ UFC*, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 326-345. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/emperspectiva/article/view/41903>

RAMOS, Rui; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

REIS, Carlos; PIRES, Maria da Natividade. *História crítica da Literatura Portuguesa – Volume V – O Romantismo*. Lisboa: Editorial Verbo, 1993.